

O que indicam os vereadores? Práticas  
políticas dos legisladores de um  
“jovem” município do norte do Rio Grande  
do Sul (2012-2016)

*What do the aldermen indicate? Political  
practices of legislators from a “young”  
municipality in Rio Grande do Sul (2012-2016)*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i29.56637>

**Vítor Mateus Viebrantz**

Universidade de Passo Fundo

<https://orcid.org/0000-0002-0259-5226>

171405@upf.br

## Resumo

O artigo analisa as práticas políticas dos vereadores do município de Coqueiros do Sul (RS), partindo do recurso legislativo das “indicações” no ano de 2013, compreendendo-o como mecanismo central dos parlamentares à representação política local. A partir de uma abordagem crítica e qualitativa, centrada na abordagem da História do Tempo Presente, identifica os vereadores como “representantes de interesses” e tipifica suas práticas como “clientelistas eleitorais”. Interpretando como tais práticas tiveram origem no “laboratório da emancipação” na criação da municipalidade no início da década de 1990, marcando sua camada política pela disputa e manutenção do poder, caracterizando os cidadãos como “consumidores de serviços”. Problematicando tais idiosincrasias da representação política em um jovem e pequeno município, encaminhamos compreensões sobre interseções entre poder, interesses e práticas de representação política local na Nova República brasileira.

## Palavras-chave

Clientelismo, Poder local, Política, Representação política

## Abstract

The article analyzes the political practices of the municipality aldermen of Coqueiros do Sul (RS), starting from the legislative recourse of “indications” in 2013, understanding it as a central mechanism of parliamentarians to local political representation. Adopting a critical and qualitative approach, focused on the approach of History of the Present Time, identifies the aldermen as “representatives of interests” and typifies their practices as “electoral clientelists”. It interpreting how such practices originated in the “laboratory of emancipation” in the creation of the municipality in the early 1990s, marking its political layer by the dispute and maintenance of power, characterizing citizens as “consumers of services”. Problematicating such idiosyncrasies of political representation in a young and small municipality, we address understandings about intersections between power, interests and local political representation practices in the Brazilian New Republic.

## Keywords

Clientelism. Local power. Politics. Political representation

## Considerações iniciais

As ações dos representantes políticos pelas demandas, necessidades e interesses da sociedade civil integram relações políticas que visam a conquista, manutenção e distribuição das benesses públicas. Desse complexo de entroncamentos e práticas, surgem questionamentos sobre a representação política, instâncias do poder e agência dos representantes, marcadas no Brasil por diversas vicissitudes. Nesse sentido, nosso artigo investiga a prática legislativa das “indicações” dos vereadores do município de Coqueiros do Sul, no norte do Rio Grande do Sul, problematizando como esse mecanismo se constituiu como parte do agir pela manutenção do poder local em desdobramento da recente emancipação municipal.

Trazemos à Oficina de Clio, como fonte principal, os Relatórios dos trabalhos apreciados nas Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Vereadores do ano de 2013 que foram publicados pelo periódico local *Jornal Tchê Informação*, debruçando a análise sobre as “indicações” dos legisladores remetidas ao executivo municipal. A partir delas, nossos objetivos são identificar os vereadores como “representantes de interesses”<sup>1</sup> e tipificar tais práticas como “clientelistas eleitorais”.<sup>2</sup> Apontando como elas são idiossincrasias concebidas no “laboratório da emancipação”<sup>3</sup> à época da criação do município (início da década de 1990) e marcadas pela disputa acirrada pelo poder e sua manutenção, tanto por parte dos políticos quanto pelos “cidadãos consumidores de serviços”.<sup>4</sup>

Metodologicamente constituímos a pesquisa a partir da revisão bibliográfica pertinente e da interpretação documental pautada pela abordagem crítica e qualitativa. Partimos conceitualmente da compreensão de poder local, como recorte virtual e intencional de critérios sociais, espaciais e da esfera do político, como articulador analítico das continuidades e discontinuidades presentes na política coqueirense. Além da dimensão da Nova História Política e abordagem da História do Tempo Presente como campo de observação.

---

1 Hemerson Pase, Matheus Müller e Jennifer A. Morais, “O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros”, *Pensamento Plural*, n.º 10 (2012): 190.

2 Francisco R. L. Tomio, “Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos estados: estudo comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988” (tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002), 49.

3 Vítor M. Viebrantz, “Porque emancipar?: o uso político do território na emancipação de Coqueiros do Sul/RS (1990-1993)” (dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo, 2024), 15.

4 Roberto Fachin e Ailan Chanlat, *Governo municipal na América Latina: inovações e perplexidades* (Porto Alegre: Sulina, 1998), 16.

## Entroncamentos e práticas: reflexões sobre a representação política, as instâncias do poder e agencia dos representantes em nível local

A reflexão histórica sobre o político compreende-o como ponto de “condensação e gestão dos componentes do conjunto social”,<sup>5</sup> identificando entroncamentos e práticas que permitem ao historiador questionamentos sobre interações e camadas que pavimentam a realidade relacional entre sujeitos e instituições. Essa dimensão teórica parte das concepções da Nova História Política,<sup>6</sup> investigando passagens das relações sociais permeadas pelas relações de poder. Sendo assim, como define René Remond, a política é “a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”.<sup>7</sup> Desse modo, a compreensão de poder não se restringe a uma estrutura vertical e centralizada sob domínio exclusivo do Estado, mas se constitui e se exerce nas múltiplas relações sociais entre os indivíduos e nas suas interlocuções com o Estado e seus representantes, atravessadas por práticas e mecanismos de identificação, imposição e convencimento.

Essa compreensão relacional do poder em diversas camadas do social viabiliza, teórica e metodologicamente, a análise de formas e procedimentos de representações políticas locais por meio do conceito de poder local. Este é composto pela díade “poder” e “local”, sendo que “local” não se refere a espaços menores ou recortes físicos previamente existentes e delimitados por fronteiras, mas sim às esferas políticas que emergem das demandas e interesses identificáveis, recortadas intencionalmente pelo pesquisador conforme sua problemática. Como indica Tânia Fischer:

A noção de local contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o local se refere a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns.<sup>8</sup>

Assim, o local é constituído a partir de recortes que estabelecem critérios em torno das configurações de interesses e conflitos que se estruturam ao longo do processo histórico em análise.

---

<sup>5</sup> René Remond, “Do político” em *Por uma história política*, ed. René Remond (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003), 447.

<sup>6</sup> Concebidas principalmente a partir da historiografia francesa a partir da década de 1970 e muitas delas inseridas na obra *Por uma história política* organizada por René Remond, editada originalmente em 1988.

<sup>7</sup> Remond, *Do político*, 444.

<sup>8</sup> Tânia Fischer, “Poder local: um tema em análise”, *Revista de Administração Pública* 26, n.º 4 (1992), 106.

E, assim, invariavelmente a análise do local remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas.<sup>9</sup>

Sendo assim, a análise do poder em âmbito local “alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”.<sup>10</sup> Portanto, entendemos o poder local como possibilidade analítica das múltiplas relações políticas, de interesses e conflitos, dados nos quadros específicos, mas também nas relações desse com os outros universos que constituem a política, o político e o poder (estadual, regional, nacional, global) e suas trocas e mandos.

Tratamos essas asserções teóricas a partir da abordagem da História do Tempo Presente, que concebe o entrecruzamento da experiência do historiador com o seu objeto de estudo. Nesse entrecruzamento, as problematizações surgem pelas demandas da realidade do pesquisador: do presente como questionamento ao passado próximo, cuja epistemologia “consiste, portanto, em interrogar a história a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de explicitação e de sugestão.”<sup>11</sup> Isto é, se trata de investigar criticamente demandas da contextura para a Oficina de Clio, contribuindo com suas compreensões da multiplicidade do passado imediato.

Rene Remond afirma que “o historiador do presente é necessariamente mais atento ao fato e sua experiência pode ser útil a todos os historiadores aos quais ele lembra o peso da contingência histórica”.<sup>12</sup> Essa especificação importa à preocupação metodológica e teórica que o historiador do tempo presente deve assumir com a temporalidade e seu objeto: analisar ele como “janela e um revelador”<sup>13</sup> das marcas contextuais e das de profundidade.

Em relação ao poder local, José Adilson Filho indica:

A reflexão histórica sobre o poder local, principalmente aquela focada no Tempo Presente, tende, não obstante, a se tornar mais vulnerável às altas pressões advindas do calor dos acontecimentos. [...] Analisar este tipo de poder é sempre problemático, pois mesmo quando nos encontramos relativamente distante dele sentimos o peso da sua gravidade. [...] A análise do poder local, feita sob a perspectiva do Tempo Presente, tempo esse encruzilhado entre a experiência do autor, a observação dos fatos e a sua narrativa – interpela-nos

---

9 Fischer, Poder local, 106.

10 Fischer, Poder local, 106.

11 Agnès Chauveau e Philippe Tétart, orgs., Questões para a história do presente, trad. Ilka S. Cohen (Bauru: EDUSC, 1999), 36-37.

12 René Rémond, “O retorno do político”, em Questões para a história do presente, orgs. Agnès Chauveau e Philippe Tétart, traduzido por Ilka S. Cohen (Bauru: EDUSC, 1999), 55.

13 Rémond, O retorno do político, 56.

a refletir tanto sobre a operação historiográfica como sobre a necessidade de novas leituras das relações de poder, plasmadas entre as elites e os demais atores, a despeito desta trama ser tecida numa grande, média ou micro realidade social.<sup>14</sup>

Mais sensível aos acontecimentos, a operação historiográfica orientada pela abordagem do Tempo Presente e preocupada com as articulações do poder local constitui interpretações contingenciais sobre a própria profundidade e complexidade temporal, nas quais o entrelaçamento da experiência do historiador exige a análise do complexo de jogos de forças que compõem a realidade e o passado.

Nessa perspectiva, como aponta José Adilson Filho,<sup>15</sup> o poder local é entroncamento de diversas esferas e escalas de poder na/da realidade social. Está ancorado em demandas e realidades da representação política, em uma trama mais próxima dos sujeitos. É nesse espaço que ocorre o maior contato entre eles e seus representantes, com as extensões do Estado e suas funções públicas. É nessa esfera que se produzem e/ou repercutem as decisões mais contíguas aos indivíduos, marcadas por embaraços entre detentores do poder e os demais atores, nas imbricações da representação política.

Podemos definir, de modo geral, representação política como modelo político de se fazer política da “democracia representativa moderna”<sup>16</sup> onde os cidadãos elegem,<sup>17</sup> através do voto, seus representantes, para que esses façam as suas representações em seus nomes.<sup>18</sup> Há nas bases do político da representação política a suposta ideia de coerência morfológica de demandas e necessidades atendidas e mediadas por esses representantes, que centralmente perpassa a ideia de bem comum.

Entrementes, na prática, a representação política repercute em duas principais questões: a primeira se trata das práticas adotadas pelos políticos diante dos contextos e de formatos do Estado – como operam a representação política junto aos seus representados. E, como consequência desta, a segunda questão: a fratura entre representantes e seus representados, isto é, do distanciamento de interesses dos que detém o poder e os cidadãos que são representados por eles.

---

14 José A. Filho, “Família, tradição e poder na modernidade brasileira: o caso das famílias Mendonça e Moura, na cidade de Belo Jardim – PE”, *Raízes* 33, n.º 1 (2013): 54.

15 Filho, *Família tradição e poder*, 53-54.

16 Robert A. Dahl, *Análise política moderna*, 2. ed. (Brasília: Editora da UnB, 1988).

17 As eleições são a principal ferramenta desse “modelo representativo”, onde os sujeitos se candidatam aos cargos e são votados pelos demais sujeitos. Nessa operação eletiva há limitações e regras, mas muitas vezes são extrapoladas e são marcadas por práticas de violência, perseguição, mentiras (que passaram a assumir, nos pleitos mais recentes, a forma contemporânea das fake News), compra de votos, favorecimentos, fisiologismo e corrupção da máquina pública para fins eleitorais.

18 Dahl, *Análise política moderna*.

Partindo da segunda questão para a primeira, Michel Offerlé aponta uma crescente profissionalização da atividade política nos últimos 100 anos.<sup>19</sup> Para o sócio-historiador francês, essa tendência é responsável por fraturar a relação dos representantes e representados na democracia moderna. Todavia, ele destaca que tentar “medir” esse estranhamento não é preditivo analiticamente, pois a atividade política é marcada pelos seus próprios códigos, interesses e pode estabelecer seus próprios modos de funcionamento. Sendo que “os membros defendem, particularmente o seu partido, afiliação, que são mais importantes do que a origem”.<sup>20</sup> Logo, para ele, apesar de a origem social dos políticos ser uma variante importante, são suas práticas políticas as propriedades centrais à análise sobre as relações entre representantes e representados.

O autor atenta ainda sobre um cuidado operacional de que as análises sobre as práticas políticas devem ter: de não querer, ao “medir distorções”, estabelecer proporções. Pois, para ele, a democracia representativa não é uma “competição pacífica e em que a convivência eleitoral não exclui de forma alguma a produção por e para a luta das elites políticas”.<sup>21</sup> Ou seja, ela não implica em uma reprodução fiduciária. Assim, a compreensão das representações políticas avança da própria existência da representação para as práticas políticas dos políticos, de concorrência entre eles e suas extensões de “diversidade, abertura, circulação”.<sup>22</sup>

Nesse horizonte de compreensão teórica, não determinamos analiticamente uma natureza normativa ou deontológica para a representação política, tampouco “métricas” comensuráveis de qualidade. O que encaminhamos é uma complexificação e tipificação das práticas políticas dos representantes, compreendidas como formas historicamente situadas de atuação, em consonância com o que assevera Michél Offerlé.<sup>23</sup> Isto é, não como resultado de um arbitramento teórico-conceitual, mas como parte de um esforço de racionalização analítica que permita apreender os mecanismos pelos quais se operam as diversas manifestações da representação política.

Retomando a primeira questão acerca da representação política – das práticas adotadas pelos políticos diante dos contextos e de formatos do Estado –, ela se refere à constituição dos comportamentos que tanto eleitos quanto eleitores manifestam por meio dos canais de expressão de seus interesses. No caso do poder local, as práticas políticas tendem a se expressar principalmente pelo voto, pressão eleitoral, mediação de benesses públicas e “clientelismo eleitoral”.<sup>24</sup> Marcia Silva assinala que “o que se denomina de

---

19 Michél Offerlé, “Los oficios, la profesión y la vocación de la política”, *PolHis* 4, nº 7 (2011).

20 Pippa Norris, *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), 9. Tradução nossa.

21 Offerlé, *Los oficios, la profesión*, 98. Tradução nossa.

22 Offerlé, *Los oficios, la profesión*, 98. Tradução nossa.

23 Offerlé, *Los oficios, la profesión*.

24 Abordamos posteriormente esse conceito na sua racionalização brasileira.

[poder] local, remete-se, no Brasil, à esfera municipal, o lugar de exercício do poder, prefeitura e câmara municipal e as múltiplas instituições sociais a esta esfera vinculada.”<sup>25</sup> O município foi elevado à categoria de ente federativo no Brasil com a Constituição de 1988. Essa mudança lhe garantiu esferas, auto-organização, governo próprio e atribuições específicas na Nova República.<sup>26</sup> Seus políticos eleitos são prefeitos e vice-prefeitos ao Poder Executivo; e vereadores ao Poder Legislativo.

Como representantes políticos no Poder Legislativo, os vereadores têm, do ponto de vista normativo,<sup>27</sup> as funções centrais de legislar, fiscalizar e, em casos excepcionais, de julgar e administrar. Todavia, diversos estudos nas áreas da Ciência Política, Sociologia e História sugerem que, no contexto da Nova República, as atividades dos legisladores locais são situadas pelas particularidades do regramento federativo que atingem e permeiam a ação dos vereadores, estando voltadas ao “atendimento de pedidos vindos das bases eleitorais em detrimento das atividades de natureza mais formal e institucional”.<sup>28</sup>

Tratam-se de repercussões do processo de profissionalização da política que Michél Offerlé<sup>29</sup> definiu: da autorregulação das atividades e, centralmente, da manutenção de relações com os eleitores. De acordo com o que anteriormente encaminhamos, a representação política parte das práticas políticas de convencimento entre representantes e representados. Portanto, como indicam Marta Rocha e Paulo D’Avila Filho, “é legítimo que um vereador ou uma vereadora queira se eleger e reeleger”.<sup>30</sup> Sendo essa ambição procedente com a atividade política. Esse intento é o pivô que perpassa os estatutos do jogo político profissional.

Sobre a autorregulação e relação na camada profissional dos políticos, as regras constitucionais de federalismo e repartição tripartite do poder, dão possibilidades e constrangimentos ao agir dos vereadores. Como não detém o controle de benesses materiais e intervencionistas da máquina pública, os legisladores municipais procuram, cultivam ou combatem com o executivo municipal para que suas diligências sejam atendidas pela prefeitura.

---

25 Márcia Silva, “Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil”, *Sociedade & Natureza* 20, n.º 2 (2008): 70.

26 Período político estabelecido a partir da Constituição Federal de 1988, com a redemocratização do Brasil após o término da Ditadura Militar (1964-1985).

27 Isto é, de acordo com o disposto na Constituição Federal e Leis Orgânicas municipais.

28 Acir Almeida e Felix G. Lopez, *Representação política local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras* (Brasília: IPEA, 2011), 8.

29 Offerlé, *Los oficios, la profesión*.

30 Marta M. Rocha e Paulo M. D’Avila Filho, “Política local e câmaras municipais: considerações acerca da representação política no nível local”, *Revista de Sociologia e Política* 32, n.º 9 (2024): 6.



Uma característica central do jogo político entre os legisladores no município é, segundo Acir Almeida e Felix G. Lopez,<sup>31</sup> que os partidos “não são unidade analítica indispensável para se compreender a relação do legislativo com o executivo”. Nessa perspectiva, como o poder local está conectado a um emaranhado de subterfúgios entre a camada de representantes para acesso às benesses públicas, são as “proximidades interpessoais” e os “vínculos relacionais” que formam “grupos políticos”<sup>32</sup> no município. Esses que são alianças e tributações entre os legisladores e suas relações com o Poder Executivo na lógica de interesses de manutenção eleitoral. Mesma lógica também aplicada aos legisladores entre si, quando há necessidades de deliberar, aprovar, apoiar ou mesmo indeferir propostas, demarcando um relacional específico entre os políticos com suas próprias regras e códigos para permanência política.

Já em relação à manutenção da relação com os eleitores, objetivando a eleição e reeleição, tendo em vista a prevalência da atividade extra-normativa (de legislar e fiscalizar), ocorre “uma das formas de se produzir as condições necessárias a reeleição, [que] será prestar serviços que possam ser recompensados por potenciais eleitores”.<sup>33</sup> Isto é, se utilizar dos mecanismos disponíveis para viabilizar trocas com seus eleitores.

Um destes mecanismos são as indicações, dispositivo por meio dos quais os vereadores e vereadoras solicitam ao prefeito ou a órgãos de administração direta ou indireta o atendimento de demandas dos eleitores. A nomenclatura pode variar de município para município, mas geralmente as indicações versam sobre obras em determinada localidade ou a atenção para com a promoção de certos benefícios para segmentos específicos da comunidade. Além disso, [...] as indicações, comumente vistas como *perfumaria*, podem ser instrumentos de costura de redes políticas, sendo, por isso, importante a sua análise.<sup>34</sup>

Como apontam os autores, as indicações servem ao legislador como artifício para sua manutenção na representação política: como é uma atividade que percorre a ideia de apresentar demandas, de representar necessidades particulares dos cidadãos (principalmente as materiais, a partir da máquina pública), é um estratagema do jogo político, territorializado, destinado aos seus eleitores, sobre seus pedidos.

---

31 Almeida e Lopez, Representação política local, 29-30.

32 Almeida e Lopez, Representação política local, 30.

33 Rocha e D'Ávila Filho, Política local e câmaras municipais, 6.

34 Rocha e D'Ávila Filho, Política local e câmaras municipais, 6.

É comum se atribuir o nome de ‘interesses paroquiais’ a estas demandas pontuais. Nesta atividade os vereadores parecem se constituir em ‘ouvidores’ públicos. A atividade não estatutária de ‘ouvidor público’ é pós-fixada, específica, concentrada e diretamente ligada ao dia a dia dos indivíduos afetados por ela. Pós-fixada, na medida em que é resultado da interação constante entre produção de demandas e representação política. Enquanto as primeiras são funções constitucionais normativas, mediadas pela dinâmica política, a segunda, ‘intermediação de interesses paroquiais’, é resultado do jogo político, de interesses e de estratégias não regimentais.<sup>35</sup>

Nessa discussão dois aspectos são fundamentais: o regimental, do fazer as indicações e o representar, pelas indicações. O primeiro está relacionado às regras da autorregulação entre a camada dos políticos: é lícito e regimental indicar demandas da população pelo vereador. Serve aos interesses do corpo de representantes, principalmente entre os legisladores e o Poder Executivo, como ferramenta de suas relações interpessoais e/ou combativas, pela permanência na camada política. Já o segundo aspecto, pertence à legitimidade/legitimação como parte do jogo político, ou em outras palavras, mesmo sendo lícito e exequível indicar demandas dos eleitores, é também essa representação um aparato pela manutenção no poder.

A partir de uma visão normativa, vinculada ao dever ser da representação política e da atividade legislativa local, a vereança deveria estar voltada para uma postura universalista e reguladora. Por esta perspectiva, a intermediação de interesses pontuais é apontada como uma atividade menor, com frequência tomada como ação clientelista [...].<sup>36</sup>

Novamente recaímos sobre a não imperatividade de arbitrar proporções ou natureza normativa à representação política, mas sim propor racionalizações, como assinala Michél Offerlé.<sup>37</sup> Nesse aspecto teórico, concordamos com a possibilidade de compreender essa prática de “indicação” como um dos tentáculos da presença de marcas clientelistas no âmbito do legislativo municipal, mas é também um dos dispositivos do jogo de forças da (disputa) política.

As estruturas de poder no Brasil foram historicamente marcadas desde sua época colonial até a republicana por relações de mando e trocas, marcando profundamente a compreensão de representação política. O clientelismo, como define José M. de Carvalho:

---

35 Rocha e D’Avila Filho, *Política local e câmaras municipais*, 7.

36 Rocha e D’Avila Filho, *Política local e câmaras municipais*, 7.

37 Offerlé, *Los oficios, la profesión*.

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.<sup>38</sup>

Consiste, à vista disso, em uma relação de troca operante pela desigualdade dos atores envolvidos: uma relação direta onde a demanda de um (cidadão) é atendida pelo representante (político) que viabiliza acesso aos serviços necessários. Em troca, o primeiro lhe manifesta algum tipo de lealdade, sobretudo política, via voto. “No modelo clientelista as políticas assumem caráter estritamente particularista, visando atender a interesses imediatos”.<sup>39</sup> Como atende à essa lógica, normalmente foge da defesa do “bem comum”, tida como suposta premissa básica da ideia representativa.

Além disso, o clientelismo também se constitui em uma rede de troca entre os próprios políticos. Quando um político “não detém os bens e serviços demandados por sua clientela, mas os consegue por meio de outro representante, com *status* político superior”<sup>40</sup> também há uma relação clientelista. Os vereadores, por exemplo, não possuem a atribuição de executar obras ou concessões materiais, dependem da troca ou combate que estabelecem com o Poder Executivo. Nesse sentido, também com base em relação de lealdade, a própria camada política se relaciona fazendo favores e trocas, buscando a manutenção de suas posições, trocando benefícios e atendimentos.

Como assinala José M. de Carvalho<sup>41</sup> o clientelismo é uma marca política ampla e seu “conteúdo [...] varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos”. E, como o autor segue apontando, ele “perpassa toda a história política do país. [...] Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente”.<sup>42</sup> Há, assim, a continuidade de substratos das relações clientelistas, pela sua volubilidade de encadeamento na Nova República. Se considerarmos que no clientelismo tradicional a troca ocorria do político que detinha diretamente o controle dos meios para alcançar as demandas dos seus clientes, o clientelismo “institucional”<sup>43</sup> demanda do político mobilizar uma estrutura decisória complexa que está ligada ao Estado e seu âmbito administrativo.

---

38 José M. de Carvalho, “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, *Dados - Revista de Ciências Sociais* 40, n.º 2 (1997): 231.

39 Almeida e Lopez, *Representação política local*, 11.

40 Almeida e Lopez, *Representação política local*, 11.

41 Carvalho, *Mandonismo, coronelismo, clientelismo*, 231.

42 Carvalho, *Mandonismo, coronelismo, clientelismo*, 231.

43 Pase, Muller e Moraes, *O clientelismo nos pequenos municípios*, 188.

Diante desse exposto, trazemos o conceito de “clientelismo eleitoral”, indicado por Fabrício Tomio:

No tipo eleitoral, a patronagem através da alocação concentrada de recursos públicos está diretamente relacionada ao resultado eleitoral e a clientela tem o direito, pelo menos, à escolha de qual patrono irá eleger. Desta forma, o clientelismo eleitoral não é só compatível com as regras democráticas e sua instabilidade quanto aos resultados políticos futuros, como necessita minimamente disto para sua reprodução e legitimidade.<sup>44</sup>

Assim, a prática política das indicações e da apresentação de requisições, exercida pelos vereadores como mediação entre os eleitores e o aparato estatal, constitui mecanismo de reprodução da posição na arena política. Tal dinâmica se projeta simultaneamente sobre a relação com o eleitorado e sobre as disputas na própria camada política, caracterizando um traço estrutural dos legisladores municipais no contexto do modelo de democracia representativa brasileira da Nova República.

Nesse sentido, na relação entre representados e representantes, os primeiros tendem a perceber os políticos não como agentes públicos, mas como detentores da capacidade de prover as benesses de que necessitam os cidadãos. Tal comportamento relacional é definido por Roberto Fachin e Ailan Chanlat<sup>45</sup> como o do “cidadão consumidor de bens”. Onde, nessa lógica, os representados recorrem aos representantes lhes entendendo como concessionários de demandas pela máquina pública.

Por sua vez, os representantes se valem de suas posições políticas para “distribuir” serviços conforme os interesses dos seus “consumidores”, esperando, em contrapartida, a lealdade via voto. No âmbito do poder local, “no Brasil há ampla predominância de relações de troca entre os parlamentares locais e parcelas da sociedade como canal relevante para acessar bens públicos ou privados”,<sup>46</sup> isto é, esse canal tem, “no caso dos legisladores de pequenos municípios, [...] uma clara intencionalidade: a realização de interesses imediatos em troca de votos futuros”.<sup>47</sup>

À face disso, apesar da dificuldade conceitual e empírica de operacionalizar e racionalizar tais práticas, como assinalam José M. de Carvalho e Michél Offerlé, tipificamos os vereadores que se utilizam da prática política das “indicações” como “representantes de interesses”. Essa categorização importamos do artigo *O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros* de autoria de Hemerson Pase, Matheus Müller e Jennifer A. Moraes e adaptamos a partir da discussão de representação política que estabelecemos nesta pesquisa. Para os autores do artigo, tal tipificação é marcada por “uma ação particularista

---

44 Tomio, Instituições, processo decisório, 49.

45 Fachin e Chanlat, Governo municipal na América Latina, 16.

46 Almeida e Lopez, Representação política local, 11.

47 Pase, Muller e Moraes, O clientelismo nos pequenos municípios, 191.

ou individualista que tem como objetivo a reprodução política do legislador” que está “voltada para a troca de favores entre político e cidadãos”.<sup>48</sup>

Para tanto, eles estabeleceram um quadro indicando as “políticas clientelistas”, onde destacamos as de “acesso diferenciado”, a saber: “agilizar [...] a concessão de serviços individuais diferenciados com máquinas públicas”.<sup>49</sup> Quando os autores definem do que trata o termo “agilizar” usado no quadro, indicam: “no sentido do legislador valer-se do *status* concedido em decorrência de sua função pública, para influenciar o andamento do pedido do cidadão junto aos órgãos públicos; dar celeridade”.<sup>50</sup> Essa definição é nuclear para a compreensão das indicações: o seu sentido de intercessão a serviços públicos que os legisladores municipais fazem a partir da sua posição, como comportamento representativo clientelístico, base dessa relação entre representado e representantes.

Mas e como essas relações clientelistas se sustentam? De acordo com Felix Lopez e Acir Almeida:

Na perspectiva da Ciência Política e, mais especificamente, do modelo do ator racional, a ocorrência periódica de eleições competitivas seria suficiente para tornar a relação clientelista autossustentável. A perspectiva de que a relação é contínua permite aos atores adotarem estratégias de punição no caso de a outra parte não cooperar. A perspectiva de punição em eleições subsequentes funciona como mecanismo crível de comprometimento: cada ator cumpre a sua promessa para evitar a punição da outra parte e, assim, garantir o fluxo de benefícios da relação clientelista.<sup>51</sup>

Nesse quadro, a sustentação do clientelismo eleitoral manifesta-se como uma lógica relacional de provisão e sanção que estrutura o vínculo entre representantes e representados. Os primeiros indicam demandas dos “cidadãos consumidores de bens”, enquanto estes reconhecem e reforçam essa mediação por meio da fidelidade eleitoral. A continuidade da relação depende, portanto, de uma reciprocidade contingente: os representantes efetivam as indicações, agilizando demandas, enquanto os representados atendem a essa dinâmica por meio do voto, consolidando uma relação onde ambos se diligenciam para evitar sanções.

---

48 Pase, Muller e Moraes, O clientelismo nos pequenos municípios, 191-192.

49 Pase, Muller e Moraes, O clientelismo nos pequenos municípios, 192.

50 Pase, Muller e Moraes, O clientelismo nos pequenos municípios, 192.

51 Felix Lopez e Acir Almeida, “Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local”, Revista de Sociologia e Política 25, n.º 62 (2017): 160.

Considerando o nosso recorte analítico de poder local – o município de Coqueiros do Sul – como um micro-município, podemos identificar ainda outro aspecto da sustentação: com uma população de 2.486 pessoas em 2014,<sup>52</sup> o reduzido fator populacional implica na representatividade ser marcada pela lógica de compromissos ocorrerem no “face a face”, por laços pessoais, para além dos clientelistas, como vizinhança, compadrio, parentesco, trabalhistas. Além, também, de uma facilidade de rastrear os votos nas urnas, já que o quantitativo populacional é reduzido. Assim, segundo os pesquisadores supracitados, o clientelismo eleitoral no micro-município pode ser interpretado por três perspectivas:

- [1] Na perspectiva da Antropologia Política, ela se sustenta, em grande medida, sobre normas de reciprocidade e compromissos morais de lealdade que, por suaves, são fundadas em laços pessoais, criados pela interação direta e frequente entre eleitor e representante [...]. [2] De acordo com as abordagens antropológicas e sociológicas, as pequenas cidades, em razão do maior contato direto entre os seus habitantes, são mais favoráveis à formação do padrão comunitário de sociabilidade vis-à-vis o societário, o que influi diretamente no papel que a confiança interpessoal desempenha para ativar e sustentar relações de tipo clientelista. [3] Com base em lógica eleitoral, por sua vez, pode-se argumentar também que o monitoramento do voto é mais fácil em cidades pequenas, onde o candidato pode, por exemplo, verificar se o eleitor sinaliza publicamente o seu apoio.<sup>53</sup>

As três possibilidades apontadas pelos autores não são concorrentes, mas complementares entre si. A concepção de sociabilidade está baseada na via relacional da proximidade interpessoal entre os sujeitos representantes e os representados, que, sobretudo, mantém esse vínculo pelos laços pessoais e compromissos morais de lealdade. Os quais também são fundamentais para a concepção de padrão comunitário, onde é a proximidade que viabiliza (ou não) a confiança e ampara a relação. Por fim, a pequenez da população e sua divisão por urnas permite aos candidatos rastrear e apurar com certa margem os votos esperados dos seus clientes ou até mesmo conferir pessoalmente se a manifestação pública de apoio ocorreu, como no ato de adesivar o veículo, colocar alguma publicidade eleitoral na residência do eleitor, etc.

Ao fim e ao cabo, a representação política repercute em uma complexa rede de entroncamentos de práticas dos políticos para atingir e manter seus postos na camada política. Nesse sentido, racionalizamos a prática das “indicações” no âmbito do poder local pelos vereadores municipais coqueirenses, tipificando-a como representação de interesses, baseada na troca clientelista eleitoral, relação gestada ao longo e pelas motivações da emancipação do município de Coqueiros do Sul.

---

52 “Consulta estados, cidades e populações, Censo de 2022”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acessado em 12 de dezembro de 2024, <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

53 Lopez e Almeida, *Legisladores, captadores e assistencialistas*, 160.

## Coqueiros do Sul: “laboratório da emancipação”, um jovem município e poder local

Ao elevar o município como ente federativo e lhe garantir autonomias fiscais e administrativas, a Constituição de 1988 privilegiou o governo local. Também previu que as unidades federativas deveriam legislar sobre a criação de novos municípios, o que ocasionou um “surto” emancipacionista no final da década de 1980 e ao longo da de 1990: foram criados nesse período 1.147 municípios no Brasil.<sup>54</sup>

Diversos estudos, sobretudo nos âmbitos da Ciência Política, Geografia, Administração e Direito, investigaram esse “surto”, evidenciando que a criação de novas municipalidades não se restringiu apenas a um rearranjo administrativo-territorial. Implicou também em transformações nas estruturas dos poderes locais, provocando deslocamentos nas camadas dirigentes e, sobretudo, reconfigurando os padrões de sociabilidade e as dinâmicas de articulação político-partidária. Nesse sentido, o caso de Coqueiros do Sul está inserido em um processo mais amplo de reprodução e estabelecimento de agrupamentos políticos em novas municipalidades.

A trajetória emancipacionista no Rio Grande do Sul, estado onde se localiza Coqueiros do Sul, teve particularidades neste contexto, parte pela existência, na sua Assembleia Legislativa, de um instrumento institucional singular: a Comissão de Assuntos Municipais. Mais do que um canal burocrático, essa comissão funcionava como mecanismo de legitimação das demandas das localidades interessadas em conquistar sua autonomia político-administrativa junto aos deputados estaduais. Em tal modelo, a iniciativa da emancipação partia dos sujeitos locais, organizados em Comissões Emancipacionistas investidas de fé pública, responsáveis por conduzir e formalizar o trâmite junto ao parlamento sul-rio-grandense. Tal arranjo não apenas conferia respaldo jurídico/legislativo ao pleito, mas também projetava esses sujeitos no âmbito da representação (política), endossando-os em protagonistas reconhecidos no jogo de forças que estruturava o novo poder local.

Nesse sentido, analisando os sujeitos, estratégias, “amarras políticas” e capitaneamento do processo de emancipação de Coqueiros do Sul, entre 1990 e 1993, cunhamos o conceito de “laboratório da emancipação” a partir da nossa dissertação de mestrado.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Tomio, Instituições, processo decisório.

<sup>55</sup> O título da dissertação é “Porque emancipar?": o uso político do território na emancipação de Coqueiros do Sul/RS (1990-1993), foi defendida em agosto de 2024. Nela problematizamos como ocorreu a passagem dos emancipacionistas à mandatários do novo município de Coqueiros do Sul, a partir de fontes oficiais e eleitorais.

Como “laboratório”, o processo emancipacionista coqueirense transcorreu por “experimentações políticas” dos sujeitos que o conduziram, os quais articularam seus interesses particulares aos interesses coletivos dos moradores das localidades distritais. Esses emancipacionistas capitanearam o processo para em seguida ter a posse do poder local a ser constituído e, por conseguinte, controle de suas benesses públicas. Assim, através dos diversos “experimentos” realizados por eles ao longo do processo emancipacionista, se conformaram relações políticas na nova municipalidade.<sup>56</sup>

Em tal “laboratório”, o capitaneamento do processo emancipacionista e as estratégias mobilizadas pelos membros da Comissão Emancipacionista marcaram decisivamente as articulações político-partidárias da arena política do novo município coqueirense. Estabeleceu um antagonismo partidário persistente entre os emancipacionistas, concentrados no Partido Democrático Social (PDS) (posteriormente Partido Progressista - PP) e os vinculados ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), que governava Carazinho no momento da emancipação. Essa clivagem política se mantinha<sup>57</sup> vigente em 2013, recorte temporal deste estudo, apesar de transcorridas mais de duas décadas desde a emancipação. Nesse período, o grupo político do PP controlava o Poder Executivo, detinha maioria no Legislativo e ainda preservava a presença ininterrupta de alguns legisladores eleitos no primeiro pleito em 1992.

A criação de Coqueiros do Sul, dentro do contexto das emancipações citado anteriormente, implicou transformações nas articulações político-partidárias locais e reproduziu deslocamentos na camada dirigente. Propiciou ainda uma reconfiguração das sociabilidades e das dinâmicas de representação política. Os gestores locais passaram a ser escolhidos entre sujeitos próximos, pertencentes às próprias localidades, diferentemente do período em que essas integravam Carazinho. Essa mudança aproximou os coqueirenses não apenas às estruturas do poder, mas também aos representantes políticos. Essas questões produziram dois efeitos duradouros na camada política do novo município: a disputa pelo poder (local) e a busca contínua por sua manutenção.

No Poder Legislativo do novo município, essas idiosincrasias se manifestaram como aspectos centrais das relações políticas. Como anteriormente a presença e exercício da vereança era distante e indefinida, ao ter nove sujeitos que buscaram a criação do município e que assumiram as funções de vereadores, ocorreu uma aproximação entre os eleitores e seus novos representantes, onde esses se estabeleceram como canais diretos de demandas. Essas novas sociabilidades políticas completaram o capitaneamento do

---

<sup>56</sup> Viebrantz, *Porque emancipar*, 15.

<sup>57</sup> Se mantém ininterrupta, sendo presente nas eleições municipais subsequentes de 2016, 2020 e 2024 tal antagonismo entre PDT e PP.



processo emancipacionista liderado pelos emancipacionistas no “laboratório da emancipação”.

O capitaneamento demarcou os tipos relacionais de “cidadãos consumidores de serviços” e de “políticos representantes de interesses”. O que contribuiu para a conformação do “clientelismo eleitoral”, que se tornou marcante no jovem município ao longo dos mandatos seguintes. Tornando a disputa e manutenção dos cargos acirradíssima, continuada ao longo dos embates pelo poder local. Na Tabela 1, elencamos os resultados dos pleitos eleitorais para os cargos de vereadores no município de Coqueiros do Sul.

Tabela 1 – Votações para os cargos de vereador<sup>58</sup>

| Eleição municipal | Renovação (ou manutenção)            | Votações (por colocação)                                                                |
|-------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| 1992              | 9 eleitos. 5 eram emancipacionistas. | 1º [136], 2º [107], 3º [106], 4º [103], 5º [87], 6º [83], 7º [82], 8º [64], 9º [62]     |
| 1996              | 2 reeleitos.                         | 1º [172], 2º [135], 3º [127], 4º [123], 5º [120], 6º [113], 7º [108], 8º [107], 9º [98] |
| 2000              | 7 reeleitos.                         | 1º [139], 2º [111], 3º [108], 4º [105], 5º [101], 6º [99], 7º [95], 8º [94], 9º [80]    |
| 2004              | 2 reeleitos.                         | 1º [134], 2º [133], 3º [132], 4º [124], 5º [112], 6º [95], 7º [91], 8º [81], 9º [77]    |
| 2008              | 5 reeleitos.                         | 1º [180], 2º [173], 3º [158], 4º [133], 5º [132], 6º [115], 7º [110], 8º [101], 9º [98] |

Os resultados das eleições de 2012 e 2016 constam na Tabela 2.

Analisando os resultados eleitorais apresentados na Tabela 1, podemos indicar a existência da referida disputa acirrada pelos cargos, em que as diferenças de votação entre as colocações são estreitas, configurando um cenário em que cada voto exerce peso decisivo na definição dos eleitos. Tal regularidade indica uma dinâmica eleitoral local marcada por margens reduzidas. Outro aspecto relevante é a baixa renovação legislativa, observada pela expressiva reeleição de vereadores em determinados pleitos como em

<sup>58</sup> “Resultados das eleições municipais”, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, acessado em 29 de agosto de 2023, <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Listamos os resultados dos quinze candidatos mais votados, indicando os eleitos em razão do voto por legenda (coligações partidárias).

2000 e 2008, quando sete e cinco, respectivamente, dos eleitos já ocupavam o cargo. Mesmo que em que algumas eleições como em 1996 e 2000, a renovação tenha sido mais ampla, a permanência política é expressiva.

Indo além desses dados eleitorais, quando percorremos o catálogo de parlamentares<sup>59</sup> e suas carreiras na Casa Legislativa, a marca de manutenção é vestígio político do decurso temporal que a emancipação provocou. Podemos elencar o caso do vereador Paulo Bettio ligado ao PP, que está na casa legislativa desde 1993, na época da emancipação até atualmente (mandato 2025-2028). Os vereadores Neri Cadena da Silva e Anselmo dos Santos Fávero, sendo o primeiro ligado ao PP e o segundo ao PDT, também se elegeram na primeira eleição e permaneceram na casa por três mandatos consecutivos de 1993 a 2004. Os vereadores Ilgo Odalvo Dickel e Ivanor Bosse, ambos do PP ingressaram no Legislativo após as eleições de 2004 e estão na Casa ininterruptamente desde então até o mandato corrente (2025-2028). Outros como o vereador Délcio Graebin (também re-eleito para 2025-2028), esteve em quatro legislaturas, Zilmar José Mühl e Joraidi Sehn, em três.

Avançando nossa análise para as eleições de 2012 e 2016, ou seja, as eleições anterior e posterior ao ano que estamos considerando para a análise (2013), podemos verificar a continuidade das relações de disputa acirrada e manutenção:

Tabela 2 - Eleições para vereador de Coqueiros do Sul nos pleitos de 2012 e 2016<sup>60</sup>

| Votação de 2012 |                    |         | Votação de 2016 |                  |         |
|-----------------|--------------------|---------|-----------------|------------------|---------|
| Posição         | Candidato          | Votação | Posição         | Candidato        | Votação |
| 1               | Dimorvan S. Rocha* | 181     | 1               | Ivanor Bosse*    | 145     |
| 2               | Ivanor Bosse*      | 169     | 2               | Nadia M. Winter* | 129     |
| 3               | Delcio Graebin*    | 161     | 3               | Ilgo O. Dickel*  | 128     |
| 4               | Paulo Bettio*      | 149     | 4               | Paulo Bettio*    | 119     |

59 “Parlamentares”, Câmara Municipal de Coqueiros do Sul, acessado em 27 de agosto de 2024, <https://sapl.coqueirosdosul.rs.leg.br/parlamentar/>.

60 “Resultados das eleições municipais”, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, acessado em 29 de agosto de 2023, <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Listamos os resultados dos quinze candidatos mais votados, indicando os eleitos em razão do voto por legenda (coligações partidárias).

|    |                        |     |    |                        |     |
|----|------------------------|-----|----|------------------------|-----|
| 5  | Rogério I. Dillenburg* | 133 | 5  | Zilmar J. Muhl*        | 119 |
| 6  | Dilamar A. Zambiasi*   | 115 | 6  | Natania Loesch*        | 119 |
| 7  | Liandro M. Oliveira*   | 112 | 7  | Maria R. Wandscheer*   | 113 |
| 8  | Natania Loesch*        | 103 | 8  | Joice J. Specht        | 112 |
| 9  | Ilgo O. Dickel         | 93  | 9  | Rogério I. Dillenburg* | 105 |
| 10 | Nadia M. Winter        | 88  | 10 | Ivanir N. Viebrantz*   | 103 |
| 11 | Maria R. Wandscheer*   | 85  | 11 | Iumar Wendpap          | 103 |
| 12 | Iumar Wendpap          | 85  | 12 | Delcio Graebin         | 94  |
| 13 | Joelmar A. Schenkel    | 85  | 13 | Jorge E. Mareth        | 86  |
| 14 | Jorge E. Mareth        | 81  | 14 | Luiz C. T. Batista     | 86  |
| 15 | Luiz C. T. Batista     | 80  | 15 | Joelmar A. Schenkel    | 79  |

(\*) Indica candidatos eleitos.

Comparando os resultados de 2012 e 2016, da Tabela 2, identificamos que mais da metade (cinco vereadores) foram reeleitos. Comparando ainda os dados da eleição de 2008 com a de 2012, foram seis reeleitos. Os resultados da Tabela 2 indicam ainda a estreiteza das votações: no pleito de 2012, três candidatos empataram na mesma quantidade de votos majoritária: Maria, Iumar e Joelmar, com 85 votos. Além disso, por conta das coligações e a somatória por legenda, os candidatos Ilgo e Nádia, mesmo mais bem colocados em votos nominais que a candidata Maria, não foram eleitos, pois integravam uma mesma coligação partidária, sendo que Maria sendo oposição foi considerada eleita por tal questão.

Os resultados do pleito de 2016 evidenciam ainda mais a disputa acirrada: no topo dos votos nominais, os três candidatos – Paulo, Zilmar e Natania – empataram em 119 votos. As candidatas Maria e Joice, tiveram a diferença de apenas um voto nos seus resultados. Já entre os candidatos Rogério, Ivanir e Iumar, na disputa das últimas vagas, há diferen-

ças mínimas entre seus resultados. Sendo a nona vaga da Câmara validada por um empate de votos nominais entre Ivanir e Iumar, que pertenciam à mesma coligação partidária, sendo o primeiro considerado eleito pelo critério de maior idade.

Dessa forma, a análise combinada das votações nas Tabelas 1 e 2, associada às informações dos parlamentares contribui para a compreensão histórica dos desdobramentos da emancipação na constituição da representação política coqueirense. Onde, no âmbito do legislativo coqueirense dois traços centrais se constituíram, relacionados e para além do antagonismo PP e PDT: a disputa acirrada dos votos e a busca pela manutenção do cargo político. Essa configuração, observada pela História do Tempo Presente, permite problematizar a carga temporal do acontecimento emancipatório e relacionar com a constituição de práticas políticas centradas na relação direta entre representantes e representados.

## Práticas políticas em Coqueiros do Sul: as “Indicações” dos vereadores em 2013

Nossa principal fonte para problematizar essas questões são os Relatórios dos trabalhos apreciados nas Sessões Ordinárias do Poder Legislativo Municipal de Coqueiros do Sul, publicados no Jornal *Tché Informação* do ano de 2013, como parte da divulgação das atividades legislativas pela Câmara Municipal. O semanário circulava às sextas-feiras em Coqueiros do Sul e em municípios vizinhos, trazendo na última página o Relatório da Sessão ocorrida na segunda-feira anterior. A circularidade dessas informações é uma engrenagem importante no jogo político local, já que, como a população municipal era (é) pequena, saber e especular as “indicações” era (é) uma estratégia para identificar entre si os posicionamentos políticos dos vizinhos, amigos, dos eleitores e dos próprios vereadores pelos laços clientelares na comunidade. Circularam 48 edições do periódico naquele ano e nelas 44 Relatórios foram publicados.

Considerando a abordagem da História do Tempo Presente, a escolha do ano de 2013 expressa o curto distanciamento que os fatos ocorreram, implica também no entrecruzamento com a própria experiência deste historiador/autor. Logo, como René Remond<sup>61</sup> indica, a atenção maior ao fato – no caso a prática das indicações em 2013 – contribui muito mais que para o contexto recortado, mas diligencia problematizar continuidades de média duração ligadas aqui à emancipação coqueirense, mas também de longa duração constituída pela permanência clientelista nas estruturas políticas brasileiras. Nessa

---

61 Remond, O retorno do político.

perspectiva, a própria escrita e temporalidade da análise são atravessadas pela proximidade entre passado e presente, o que favorece a articulação constante entre ambas na compreensão da realidade política coqueirense.<sup>62</sup>

Dos 44 Relatórios consultados, todos continham pelo menos uma “indicação”. Dessas, partindo dos critérios de “acesso diferenciado” de “agilizações” supracitados, contabilizamos 76 indicações deferidas que correspondiam a “representação de interesses”.

Tabela 3 – Tipos de indicações<sup>63</sup>

| Solicitação                                                        | Quantidade   |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|
| Reparo em estradas                                                 | 49 registros |
| Materiais (tubos, cargas de pedras, saibro, terra)                 | 29 registros |
| Serviços (açudes, limpeza de bueiros e/ou nos pátios particulares) | 13 registros |

Na Tabela 3 discriminamos quando a indicação de um parlamentar incluía mais de um tipo de solicitação do tipo “concessão de serviços individuais diferenciados com máquinas e bens públicos”<sup>64</sup> em um mesmo pedido, totalizando assim 91 registros em 2013. Essa constatação é sintomática do ano em questão ter sido o primeiro após a Eleição Municipal ocorrida em 2012. Isto é, se tratava do momento dos eleitores – após terem votado no seu candidato – requisitar a agência desse pelas suas necessidades. Agir que podemos interpretar a partir da perspectiva de continuidade e punição, apontadas por Felix Lopez e Acir Almeida,<sup>65</sup> onde o mecanismo das indicações é fundamental para tal relação.

62 Nesse sentido, dada a complexidade e a conectividade desses tempos e processos, levantamos a dúvida: melhor escrever em tempo verbal pretérito ou presente ou ambos?

63 Elaborada pelo autor a partir das edições consultadas do Jornal Tchê Informação.

64 Pase, Muller e Moraes, O clientelismo nos pequenos municípios.

65 Lopez e Almeida, Legisladores, captadores e assistencialistas, 160.

Tabela 4 – Indicações<sup>66</sup>

| Data da publicação no Jornal e vereador autor          | “Indicação”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 16/08/2013<br>Do vereador<br>Dilamar Zambiasi          | a) Que sejam levadas cargas de terra na propriedade urbana do Sr. Clóvis Vahl, em Coqueiros do Sul, a fim de que o mesmo possa fazer preenchimento com terra junto a obra que está fazendo no local, construindo sua casa própria.                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 16/08/2013<br>Do vereador Rogério Inácio Dillenburg    | a) Seja solicitado à Secretaria de Obras para que sejam colocadas 02 cargas de cascalho no acesso da mangueira de bovinos do Sr. Plínio Drey no distrito de Xadrez, pois este necessita efetuar venda de alguns animais, e o acesso não oferece condições. Também pede-se que sejam realizados melhoramentos e acesso internos na fábrica de carrocerias do mesmo, pois há necessidade de aumento do espaço físico e o local não oferece condições para atender a demanda dos pedidos solicitados. [...] |
| 04/10/2013<br>Do vereador Iumar Wendpap                | a) Sejam colocados cinco tubos de 40 cm de diâmetro no acesso à propriedade do Sr. Lorenzo T. da Silva, bem como, a colocação de uma carga de pedra marruada para Poço negro e três cargas de terra a serem utilizadas na construção de sua casa. b) A colocação de 8 tubos na entrada da propriedade do Sr. João Rodrigues da Silva, e três cargas de saibro em frente à residência, pois em dias de chuva a água vem da estrada geral e vai em direção a casa, causando dificuldades para o mesmo.     |
| 22/03/2013<br>Da vereadora Rosa Marlene Martins Fulber | b) Que seja desentupido o bueiro nas proximidades da propriedade do Senhor Eleandro Geller no distrito de Xadrez, pois nos dias de chuva muito intensa, o bueiro não vence a vazão da água e transborda, fazendo com que essa água escorra até sua casa.                                                                                                                                                                                                                                                 |

Selecionamos essas indicações da Tabela 4 como amostragem, considerando que todas possuem os nomes dos cidadãos e são oriundas de diversas plagas coqueirenses. Foram deferidas na reunião ordinária no plenário e direcionadas ao Poder Executivo, para que o mesmo diligenciasse o atendimento. Isto é, o vereador estava indicando para que a esfera responsável da prefeitura (recorrentemente a Secretaria Municipal de Obras e Serviços) realizasse o serviço ou distribuísse os materiais. Podemos interpretá-las como representação de interesses pessoais, isto é, solicitações além das funções legislativas. Por isso as especificidades presentes nas indicações: nomes dos cidadãos, as demandas que eles possuem, inclusive a quantidade dos materiais e instruções sobre os serviços.

<sup>66</sup> Elaborada pelo autor a partir das edições consultadas do Jornal Tchê Informação.

Marcando um comportamento relacional e pessoal entre o representante e o representado.

Também repercutem na camada política, onde se relacionam vereador e agentes políticos do Poder Executivo, seja de forma cooperativa, onde realizará trocas eleitorais, ou combativa, para demarcar sua posição de oposição. É possível, a partir delas, analisar a constituição de uma rede de colocações pavimentadoras do agir de representantes de interesses. Nesse sentido, observamos especificamente duas indicações do vereador Dimorvan da Rocha, na Sessão de 19 de agosto de 2013:

- a) Que sejam colocadas 4 cargas de terra e 3 cargas de cascalho na propriedade do Senhor Luciano de Moraes na localidade de Rio Atti-Assú. b) Que sejam colocadas 4 cargas de cascalho na propriedade do Senhor Irineu da Silveira na localidade de Colônia Rabelo.<sup>67</sup>

Ambas contêm as especificidades do que pedem em termos de quantidade, tipo e localização. Onde o parlamentar está “repassando” a demanda tal qual lhe foi solicitado, sintoma da sua relação “face a face” com os representados. Ao se posicionar como mediador de interesses, o vereador apresenta tais demandas à esfera política se valendo da sua inserção na arena institucional. É importante apontar que essas demandas poderiam ter sido encaminhadas diretamente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços, órgão do Poder Executivo responsável por sua execução, tanto por parte do vereador quanto do eleitor. Desse modo, a indicação evidencia o papel do parlamentar como representante de interesses, acionado para “agilizar” providências junto à esfera política, reproduzindo a lógica clientelista de retribuição política.

Essa ação repercute, conseqüentemente, na camada política: tendo em vista os dados do perfil do parlamentar disponíveis no portal da Câmara Municipal,<sup>68</sup> é possível apurar que Dimorvan R. era correligionário do “grupo político” do então prefeito reeleito em 2012, Rafael Kochenborguer. Logo, ao acionar o mecanismo de indicação, está levando ao colega político a demanda que atende ao “grupo político” deles.

Considerando ainda a lógica eleitoral de que em um micro-município é possível rastrear os votos do eleitorado pela diminuta quantidade total de votos depositados nas urnas, elencamos informações do desempenho de Dimorvan R. na Eleição Municipal de 2012.<sup>69</sup> Naquele pleito ele obteve 181 votos, sendo nas Seções 08 e 149, respectivamente de Rio Atti-Assú e Colônia Rabelo – onde moravam os eleitores das indicações acima – o candidato mais bem votado. Foram 24,3% da sua votação oriundos dessas urnas.

---

<sup>67</sup> “Relatório dos trabalhos da Sessão”, Jornal Tchê Informação (Coqueiros do Sul), 23 de agosto de 2013, 10.

<sup>68</sup> Câmara Municipal de Coqueiros do Sul, “Parlamentares”.

<sup>69</sup> “Resultados das eleições municipais”, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, acessado em 29 de agosto de 2023, <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>.

Podemos agregar ainda à análise que o seu correligionário e candidato à reeleição ao Poder Executivo Rafael K., obteve 63,7% dos votos na Seção 08 e 39,6% na Seção 149, que garantiram 9% da votação total que o reelegeu para o cargo de prefeito. Esses dados da votação do ano anterior, podemos cotejar e combinar com as indicações acima citadas: são vestígios da circularidade da relação clientelar de Dimorvan R. com os eleitores e também da relação de cooperação dele com a camada política para o atendimento de serviços e demandas.

Na eleição de 2012, esses cidadãos favoreceram a votação ao candidato nas urnas das localidades. Em 2013 é o desdobramento do parlamentar em representá-los, de “indicar” as necessidades materiais, outrossim mobilizando a atuação do partidário do executivo reeleito para prestação dos serviços demandados. Efeito que faz recircular os mecanismos de representação política local, com o atendimento das demandas dos “cidadãos consumidores de bens”, satisfação da lealdade eleitoral e a projeção ao legislador pela “indicação”.

Essas constatações que interpretamos diante dos dados que recortamos em relação ao vereador Dimorvan R., à primeira vista, aparentam ser vestígios externos. Todavia, à vista da perspectiva do acontecimento em contingência temporal e das permanências do processo da emancipação local, a complexidade dessa prática política indica ela como uma sofisticada componente da atividade do legislador, definindo centralmente seu mandato e possibilidade de permanência, além da dinâmica para com seus eleitores no processo de representação política.

Tomamos também a atuação da vereadora Maria Rosane Wandscheer: contabilizamos que em 19 dos 44 Relatórios publicados no ano de 2013 há solicitações de sua autoria, sendo ao todo 34 indicações dela. Das 34, 20 são do tipo “acesso diferenciado” de “agilizações”. Estes dados indicam, igualmente ao vereador Dimorvan R., a disposição de “representação de interesses” de Maria W. Todavia, diferentemente do primeiro, ela não pertencia ao “grupo político” do prefeito reeleito Rafael K.<sup>70</sup> Assim, ao utilizar este mecanismo, em vez da participação cooperativa com a camada política – em especial com o Poder Executivo – ela fazia incisões combativas, no sentido de representar demandas como oposição.

b) Que, com maior brevidade possível o patrolamento da estrada com início nas proximidades da sede de Valdinho Simon, passando pelo distrito de Serra do Pontão, até a estrada

---

70 Câmara Municipal de Coqueiros do Sul, “Parlamentares”.



de acesso à Linha Graeff [...]. c) Seja providenciado uma carga de pedras em frente à residência de Vilsomar D'Ávila, em Colônia Rabelo. d) Seja providenciado a limpeza das sarjetas em frente ao bueiro perto da residência de Iomar Scherer, em Serra do Pontão.<sup>71</sup>

a) Seja providenciado, com a máxima brevidade possível, o patrolamento da estrada com início na residência do Sr. Nilvo Koch e Sr. Egon Froder, passando por todos os trechos que se achar necessário, até a residência de Valdinho Simon em Colônia Rabelo. b) Seja feita a limpeza das sarjetas em Serra do Pontão perto à residência do Sr. Iomar Scherer e também seja colocado uma carga de pedras neste mesmo local, pois com a invasão da água neste local, ocasionou-se ali alguns buracos sendo difícil o acesso. c) Seja colocada uma carga de pedras britas em frente à residência de Elisandre Drehmer em Coqueiros do Sul.<sup>72</sup>

a) Que seja patrolada e ensaibrada a estrada em Linha Tavares próximo à residência do Sr. Milton Weber e Sr. José Kemerich, popularmente conhecido como “Leco”, com máxima brevidade possível pois este pedido já foi realizado por diversas vezes na Secretaria de Obras pelo morador Milton Weber e não foi atendido.<sup>73</sup>

O uso de locuções imperiosas como “com máxima/maior brevidade possível” e “que seja providenciado/disponibilizado/feito” expressam o relacional existente na camada política – da vereadora com o Poder Executivo – já que ela, parte do “grupo” de oposição poderia ter suas “indicações” ignoradas e/ou rejeitadas. Ou seja, precisava intervir de forma combativa para interferir na prestação dos serviços aos seus eleitores e, como possivelmente, esses também eram considerados eleitores-opositores do prefeito Rafael K., tinham suas necessidades e serviços desatendidos. Nesse sentido, a relação clientelar circulava entre a vereadora e seus eleitores, esbarrando no atendimento ou não dos serviços pela camada política do Poder Executivo.

Portanto, a representação política caía (cai) em entroncamento: a vereadora não atuava apenas como “representante de interesses”, no sentido de mediadora via agilização, mas também como espécie de “reivindicadora” por esses sujeitos aos quais os serviços eram inviabilizados. Assim, sua recorrência na prática de “indicação” figurava para além da lealdade eleitoral da troca clientelar: também como uma forma combativa de oposição

---

71 “Relatório dos trabalhos da Sessão,” *Jornal Tchê Informação* (Coqueiros do Sul), 28 de março de 2013, 10.

72 “Relatório dos trabalhos da Sessão,” *Jornal Tchê Informação* (Coqueiros do Sul), 12 de julho de 2013, 10.

73 “Relatório dos trabalhos da Sessão,” *Jornal Tchê Informação* (Coqueiros do Sul), 26 de julho de 2013, 10.

na camada política, contra o “grupo político” dirigente – do Prefeito e seus correligionários. Por isso suas indicações são de “representação de interesses” e também de reivindicação.

Nas solicitações que representou pelos cidadãos Iomar Scherer, Milton Weber e José Kemerich há posicionamentos da vereadora na forma combativa-reivindicante: a recorrência do pedido do primeiro, demandado em março e em julho novamente, que com o agravamento causado pela chuva se tornou necessária a realização de um serviço maior para atender a demanda adiada. No caso dos segundos, Maria W. imputa e contesta que o pedido já havia sido feito pelo cidadão Milton Weber várias vezes na Secretaria de Obras, mas que o mesmo não foi atendido.

Também problematizamos, nesse sentido, uma indicação do vereador Délcio Graebin:

a) Solicitando a colocação de três cargas de terra na residência de Vanessa Aires, na sede do município, pois é necessário para concluir a obra, sendo que já fez o pedido junto a Secretaria de Obras e até o momento não foi atendida.<sup>74</sup>

Do mesmo “grupo político” que Maria W., o vereador Délcio G. também estava articulando sua indicação de uma forma combativa-reivindicante. As agências dos dois vereadores expressam como a prática política da indicação era (é) uma ferramenta para o jogo político local tanto na relação com os eleitores (clientelista eleitoral) quanto na camada política, nesses casos, de oposição. Ao imperar e imputar que os sujeitos das indicações já haviam feito os pedidos e esses não haviam sido atendidos pelo Poder Executivo, os vereadores operavam estratégias não só de fazer com que as solicitações fossem materializadas para sua conexão com o eleitor, mas que tivessem efeito de oposição e desqualificação perante toda a comunidade municipal da ineficiência ou inconveniência daqueles.

Destarte, o agir político de Délcio G. e Maria W. confluía e divergia do de Dimorvan R. Confluía porque em ambos permanecia a relação clientelar de “representação de interesses”, sendo inclusive no caso dos primeiros de lealdade maior, já que por ter maior dificuldade na camada política para que suas solicitações tivessem efeito, precisavam se posicionar mais próximos dos seus eleitores para evitar romper os laços políticos-pessoais. Sendo que divergia, pois, Délcio e Maria, como opositores do “grupo político” mandatário, tinham seu agir pela manutenção na camada política pelo relacional combativo, não apenas mediando, agilizando, mas “reivindicando” as demandas dos seus eleitores. Assim, o mecanismo das indicações no caso deles não é apenas uma plataforma, mas também artifício à disputa política.

---

74 “Relatório dos trabalhos da Sessão,” *Jornal Tchê Informação* (Coqueiros do Sul), 4 de outubro de 2013, 10.

## Considerações finais

A partir da nossa análise sobre as práticas políticas de “indicações” dos vereadores de Coqueiros do Sul, podemos racionalizar sobre a dinâmica de representação política nesse jovem município. Essa dinâmica, ainda marcada por vestígios do recente passado emancipacionista, repercute articulações feitas no “laboratório da emancipação”: o capitaneamento do processo emancipatório pelos membros da Comissão Emancipacionista e a configuração do antagonismo político entre PP e PDT, que demarcaram a disputa acirrada pelo poder local, no voto-a-voto, e também a busca pela manutenção do cargo.

Analizando os resultados das votações desde a municipalização, as continuidades (e rompimentos) da arena política na Câmara Municipal de Vereadores e também as “indicações” no ano de 2013, identificamos o agir dos vereadores coqueirenses como de “representantes de interesses”. Onde, por meio deste mecanismo das “indicações”, operavam (operam) em uma lógica que misturava (mistura) a mediação de demandas e reprodução de redes de poder. Estas práticas, longe de serem apenas ações periféricas ou “de perfumaria”, constituíam (constituem) estratégias políticas centrais de articulação entre representantes e representados no nível local. Além de reproduzirem o relacionamento na camada política entre seus membros, sendo dispositivo eficaz do jogo político para a disputa e permanência nos cargos.

A incorporação da abordagem da História do Tempo Presente na análise possibilitou não apenas a apreensão das articulações entre temporalidade e práticas políticas, mas também a problematização das idiossincrasias históricas concebidas no “laboratório da emancipação” e, simultaneamente, permanências do passado político nacional. Nesse sentido, a proximidade temporal dos acontecimentos, marcados também pelo entrecruzamento entre a experiência do historiador e dos fatos, permitiram apontar a permanência das práticas, no presente. Essa permanência se expressou não apenas nas constatações de continuidade observáveis no plano da análise, mas igualmente no plano narrativo, em que a regência verbal, por vezes, diluiu as fronteiras entre passado e presente em um mesmo horizonte interpretativo, reiterando a própria lógica de continuísmo interpretada.

O recorte analítico de poder local que estabelecemos foi bem-sucedido, possibilitando problematizar as relações de representação política existentes na vereança do jovem município do norte do Rio Grande do Sul. Com as interpretações dirigidas acerca das “indicações” dos vereadores, podemos encaminhar que é importante analisar, como Michel Offerlé<sup>75</sup> aponta, as relações entre representantes e representados, mas também as

---

75 Offerlé, Los oficios, la profesión.

relações na/entre a camada política. Nesse sentido, podemos concluir que as “indicações” eram (são) estratégias da representação política no âmbito local coqueirense, empregadas pragmaticamente pelos vereadores para operar e participar da representação dos seus eleitores, mas também para relacionar com a camada política local. São práticas correntes de uma municipalidade jovem e de população pequena e correntes também na dinâmica da construção da política e do político na Nova República brasileira.

## Referências

Almeida, Acir e Felix G. Lopez. *Representação política local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras*. Brasília: IPEA, 2011, [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1495/1/td\\_1625.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1495/1/td_1625.pdf).

Câmara Municipal de Coqueiros do Sul. “Parlamentares”. Acessado em 27 de agosto de 2024, <https://sapl.coqueirosdosul.rs.leg.br/parlamentar/>.

Carvalho, José M. de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” *Dados - Revista de Ciências Sociais* 40, n.º 2 (1997): 229-250, <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/>.

Chauveau, Agnès e Philippe Tétart, orgs. *Questões para a história do presente*. Traduzido por Ilka S. Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

Dahl, Robert A. *Análise política moderna*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1988.

Fachin, Roberto e Ailan Chanlat. *Governo municipal na América Latina: inovações e perplexidades*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

Filho, José A. “Família, tradição e poder na modernidade brasileira: o caso das famílias Mendonça e Moura, na cidade de Belo Jardim – PE”. *Raízes* 33, n.º 1 (2013): 53-67, <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/379/360>.

Fischer, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública* 26, n.º 4 (1992): 105-113, <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8734>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Consulta estados, cidades e populações, Censo de 2022.” Acessado em 12 de dezembro de 2024, <https://censo2022.ibge.gov.br/pa-norama/>.

Jornal Tchê Informação. “Relatório dos trabalhos da Sessão.” Coqueiros do Sul, edições consultadas do ano de 2013. Acervo pessoal.

Lopez, Felix e Acir Almeida. “Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local”. *Revista de Sociologia e Política* 25, n.º 62 (2017): 157–181, <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/53765/32851>.

Norris, Pippa. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Offerlé, Michél. “Los oficios, la profesión y la vocación de la política.” *PolHis* 4, n.º 7 (2011): 84–99, <https://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7-offerle.pdf>.

Pase, Hemerson, Matheus Müller e Jennifer A. Morais. “O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros”, *Pensamento Plural*, n.º 10 (2012): 181–199, <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3591>.

Remond, Rene. “Do político.” Em *Por uma história política*, org. Rene Remond. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Rémond, René. “O retorno do político.” Em *Questões para a história do presente*, orgs. Agnès Chauveau e Philippe Tétart, traduzido por Ilka S. Cohen, 51–60. Bauru: EDUSC, 1999.

Rocha, Marta M. e Paulo M. D’Avila Filho. “Política local e câmaras municipais: considerações acerca da representação política no nível local”. *Revista de Sociologia e Política* 32, n.º 9 (2024): 1–18, <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/QKWtHfm-gSqsTJ5wpth7Hx5h/?lang=pt>.

Silva, Márcia. “Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil”. *Sociedade & Natureza* 20, n.º 2 (2008): 63–74, <https://www.scielo.br/j/sn/a/zsNTRD8hDKFYX-nTGVp7Dgmq/?format=pdf>.

Tomio, Francisco R. L. “*Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos estados: estudo comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988*.” Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. “Resultados das eleições municipais.” Acessado em 29 de agosto de 2024, <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>.

Viebrantz, Vítor M. “*Porque emancipar?: o uso político do território na emancipação de Coqueiros do Sul/RS (1990-1993)*.” Dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo, 2024.

**Recebido em 23 de dezembro de 2024**  
**Aprovado em 15 de agosto de 2025**